

A PROBLEMÁTICA DA SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE PARANAENSE

*Manoel Adir Kischener¹
Everton Marcos Batistela²
Serinei Cezar Grigolo³
Airton Carlos Batistela⁴*

Resumo: A presente proposta⁵, de cunho interdisciplinar, busca discutir a problemática da sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar na região do Sudoeste paranaense. Para tanto, partimos da contextualização histórica da região, buscando compreender – desde o início de sua ocupação na década de 1920, passando pelas políticas de colonização da década de 1940, até o conflito fundiário da década de 1950 – como isso desfecha na implantação da Getsop (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste) em 1962, que consolida uma ocupação fundiária marcada por minifúndios e agricultura familiar, predominantemente. A partir disso, centramos a análise nas transformações mais recentes da região Sudoeste do Paraná, especialmente nos últimos 15 anos, que, com base em análises comparativas entre os Censos agropecuários de 2006 e de 2017, permitem compreender a emergência da problemática da sucessão geracional na agricultura familiar da região. Esta é uma região de grande atividade agrícola de base familiar e sua constituição geográfica e histórica se deu, de forma mais acentuada, depois da Revolta dos Posseiros em 1957. Por outro lado, é região de acentuada transformação na prática da agricultura, com elevada adesão ao modelo tecnológico, em que pese, ainda manter grande base familiar. A análise dos dados e da observação *in loco* permitem concluir que essa problemática está conjugada a um conjunto de outras transformações que operam simultaneamente no âmbito do meio rural sudoestino; como, a especialização produtiva na agricultura e sua “seletividade” econômica no âmbito da agricultura familiar, a industrialização e o crescimento urbano regional, o envelhecimento das populações do campo e a migração dos jovens em direção aos centros urbanos. A partir dessa perspectiva, estabelecemos análise de pesquisa com 50 famílias sudoestinas, onde se busca questionar e compreender as múltiplas significações da problemática da sucessão geracional. A análise aponta para a existência de múltiplos fatores que influenciam o desfecho de uma propriedade ter sucessor ou não, desde a atividade predominante com sua margem de renda, quantidade de terra, percepção dos pais e filhos sobre a situação; bem como a estruturação da comunidade à qual a família pertence, no sentido de propiciar um senso de laços comunitários que atuam de forma significativa na permanência ou não dos jovens no campo. A História, enquanto ciência, aqui junto a Sociologia principalmente, também possui condições de trazer a lume interpretações a respeito das transformações recentes, sem ser meramente presentista. Mas na busca do sentido do entendimento das dinâmicas regionais, em situação que, como modelo de exploração agrícola, tem se espalhado para outras partes do país, na crescente modernização de sua agricultura, que além de levar rios de riquezas aos recantos onde adentra, principalmente com a soja, também, segundo evidências empíricas, produz desertos culturais. Por fim, sendo complexa a questão da sucessão na agricultura e, estar ligada a uma série de aspectos, os fatores históricos podem contribuir para o entendimento do presente e, mesmo vir a fomentar políticas públicas futuramente.

Palavras-chave: Empreiteiras; Reforma Urbana; Rio de Janeiro.

1 Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá.

2 Doutor em Sociologia, Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

3 Doutor em Extensão Rural, Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

4 Doutor em Educação, Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

5 Este artigo, aqui em versão ligeiramente modificada por acréscimos e correções pontuais, também foi apresentado no 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), edição que teve como base a cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, mas ocorreu de forma virtual devido a pandemia do coronavírus que assola o mundo neste ano.

1. Introdução

O Sudoeste do Estado do Paraná é uma região composta, atualmente, por 42 municípios e teve o início de sua colonização na década de 1920 (CORRÊA, 1970). O auge da ocupação da região se deu entre as décadas de 1960 e 1980 (LAZIER, 2004), sendo a década de 1980 o momento em que a região alcançou seu maior índice populacional, chegando a 521.249 habitantes (IRDES, 2020).

Ressalte-se, ocupação populacional por pessoas não nativas da região, pois nesta já residiam, principalmente, indígenas e caboclos (também chamados de nacionais).

A respeito dos primeiros, Novak e Mota (2016, p. 89) afirmam que “Os limites territoriais reservados aos índios no início do século XX [pelo Estado do Paraná] não foram respeitados pelas frentes de expansão colonizadora [que, muitas vezes foi patrocinada por este mesmo Estado]”, composta por colonos, que invadiram suas áreas, o que gerou, de ambas as partes “[...] tensões e um clima de hostilidades”.

Todavia, a partir da década de 1980, em função de diversas dinâmicas que aconteceram na região, encaixadas em tendências sociais do Estado do Paraná e do Brasil, passamos a ter uma diminuição populacional, especialmente condicionada pela migração populacional em direção a centros urbano/industriais (FLORES, 2009).

Entre os anos 1980 até o ano 2000, o Sudoeste do Paraná teve uma perda aproximada de 10% de seu contingente populacional, tendo, em 1996, chegado ao número de 472.425 habitantes (IRDES, 2020).

A ocupação, por não nativos, então, do Sudoeste do Paraná possui algumas particularidades.

Deu-se, inicialmente, pela vinda de posseiros provenientes principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídos por uma campanha do governo federal interessado em povoar a região com a criação da CANGO (Colônia Agrícola General Ozório) em 1943 (WACHOVICZ, 1987).

Todavia, na década de 1950, se manifestam ações de interesse privados na região através da vinda de empresas colonizadoras, interessadas no valor das terras devolutas e em sua vasta e valiosa cobertura florestal.

Com isso, são estabelecidos acordos de colonização com o poder constituído, e dá-se a implantação, na região, da CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) (VOLTOLINI, 2000).

A partir desse momento, iniciam-se os atritos entre os posseiros estabelecidos na região (aproximadamente 3.000 famílias) e os agentes da colonizadora, desfechando com a eclosão da famosa Revolta dos Posseiros de 1957, onde os colonos saem vitoriosos e tem sua situação fundiária regularizada ao longo da década de 1960.

Como saída para os impasses do conflito na região é criada, em 1962, por iniciativa do governo federal, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop), cujo objetivo era, então, a regularização fundiária da região (LAZIER, 1986).

Essa nova configuração institucional acaba por propiciar uma estruturação fundiária baseada, principalmente, em minifúndios, sendo essa, portanto, ainda hoje, a tipologia fundiária predominante na região.

Esse dado é importante, especialmente para os objetivos de nosso estudo, na medida em que conforma a consolidação do Sudoeste paranaense como uma região predominantemente minifundiária e de agricultura familiar.

Na medida em que essa região é composta principalmente por minifúndios, acontece um modo específico de relação com as dinâmicas que se processam no mundo rural brasileiro, ao longo do tempo.

Ou seja, as tendências do agro brasileiro reverberam de um modo específico na região, o que faz com que exista aqui, um conjunto de tendências (não necessariamente únicas no Brasil), mas, seguramente, bastante marcadas pela estrutura fundiária e o modo de atividade agropecuária da região, caracterizado principalmente pela agricultura familiar, com suas estratégias históricas de reprodução social e ação social e política.

Assim, apesar de já existirem importantes dinâmicas na região desde a década de 1980, são nos últimos 15 anos que se tornaram bastante visíveis algumas tendências fortes na região, como o fenômeno do açambarcamento fundiário e a correlata “desertificação cultural”, a partir do que, a problemática da sucessão geracional na agricultura familiar da região se torna bem evidente.

Nesse sentido, a proposta do presente trabalho se divide em duas partes: num primeiro momento buscaremos apresentar e analisar algumas tendências que se verificaram no Sudoeste paranaense, nos últimos 15 anos, tendo como pano de fundo para a análise os dados e as conclusões da confrontação entre os dois últimos censos agropecuários (2006-2017).

Essa análise permitirá compreender algumas tendências que não são exclusivas da região, mas que são marcantes aqui e, de fato, condicionantes da emergência da problemática da sucessão geracional na agricultura familiar da região, que será analisada na segunda parte do trabalho.

Essa segunda parte se baseia na pesquisa em nível de mestrado em desenvolvimento regional do primeiro autor, em que se realiza uma investigação sobre o problema da sucessão geracional na agricultura familiar da região, com alicerce no estudo de duas comunidades rurais, no sentido de estabelecer uma tipologia das principais condicionantes envolvidas com essa problemática bastante presente na região.

2. As transformações recentes no Sudoeste paranaense: reflexões e questionamentos

Mesmo sem o uso de dados estatísticos ou pesquisas científicas, as transformações rurais e urbanas no Sudoeste paranaense atualmente são facilmente visíveis. A última década apresentou um forte e até agora mantido nível de crescimento urbano, em todas as cidades, sem exceção (IRDES, 2020). Em todas as cidades do Sudoeste existem, hoje, loteamentos em desenvolvimento, fenômeno esse que era bastante incomum há 15 anos atrás.

Ao se observar de perto essa dinâmica, verifica-se que se trata de uma dinâmica principalmente interna; ou seja, não significa que existe uma entrada de contingentes populacionais de outras regiões do país nas cidades sudoestinas, mas uma migração interna, aquilo que se convencionou – e tendo por causa diversos fatores – chamar de evasão ou êxodo rural.

Ou seja, é principalmente a população do campo do Sudoeste que migra em direção aos seus próprios centros urbanos.

Esse é fenômeno que necessita ser analisado, na medida em que sinaliza a existência de outras dinâmicas vigentes na região, que afetam as atividades agropecuárias e mesmo as atividades urbanas.

Para entender suficientemente as dinâmicas no Sudoeste paranaense que condicionam a migração da população rural em direção às cidades (e não se trata de migração somente para os maiores centros urbanos da região, como Francisco Beltrão e Pato Branco, mas para todas as cidades, até as menores), é preciso considerar um conjunto de mudanças que se processam nessa região e que estão todas, de alguma maneira, interligadas.

Em primeiro lugar, podemos considerar que a região Sudoeste do Paraná apresenta um desenvolvimento industrial e urbano tardio, comparativamente à outras regiões do Estado do Paraná.

Pode-se afirmar que a industrialização da região, como uma tendência importante, se consolida a partir do início do século XXI.

É somente a partir desse momento que temos o início da formação de polos industriais importantes nas cidades sudoestinas, onde os setores que se destacam são aqueles ligados ao setor primário como a cadeia produtiva do leite, do agronegócio e conjugado ao desenvolvimento do comércio em geral.

Esse processo de desenvolvimento industrial coincide, também, com a intensificação do processo de tecnificação da agricultura na região, com a expansão das linhas de crédito que vão contribuir para a incorporação de aparatos tecnológicos ligados às atividades agropecuárias da região (BATISTELA, 2000).

Esse processo de modernização tecnológica da agricultura (FLEISCHFRESSER, 1988) acabará por resultar, inevitavelmente, no ressurgimento das forças propulsoras do êxodo rural (cujo auge na região foi entre as décadas de 1980-2000), mas agora em direção aos centros urbanos da própria região, na medida em que começam a dispor de oferta de postos de trabalho para a indústria regional em desenvolvimento.

Temos, assim, a partir do início do século XXI, a intensificação de uma dinâmica em que a própria atividade agropecuária da região se tecnifica e se especializa, incorporando aparatos tecnológicos na agropecuária, e trazendo, como seu resultado mais imediato, a liberação de mão de obra que precisa buscar novas alternativas de ocupação.

Conjugado a essa tendência de incorporação de tecnologia na agropecuária sudoestina, temos, por exemplo, o desenvolvimento de um significativo conjunto de propriedades rurais altamente tecnificadas e vinculadas à avicultura.

Esse exemplo denota, claramente, o nível de diminuição da mão de obra necessária às novas atividades agropecuárias, e como isso contribui para empurrar a população rural em direção aos centros urbanos em busca de novas formas de ocupação e renda.

Os dados comparativos do Censo 2006 e do Censo 2017, mostram que houve, no Brasil, uma redução de 2% no número de estabelecimentos, acompanhado de um aumento de 5% na área total (IBGE, 2020).

Isso sinaliza uma tendência geral no Brasil de aumento da concentração fundiária, com aumento no número de estabelecimentos de grande porte especialmente no norte do Brasil, acompanhado de um crescimento da concentração fundiária especialmente em regiões de pequenas propriedades como é o Sudoeste paranaense.

De fato, esse é um fenômeno forte nessa região, onde pesquisas locais e observações in loco tem revelado uma forte tendência de concentração fundiária na região, muitas vezes empreendida pelo empresariado urbano da região, desta forma, parece prevalecer aquilo que expõe Marx nos Grundrisse: que agora é “O campo [que] aparece como território da cidade; e não o povoado, como simples apêndice do campo” (MARX, 2016, p. 390).

Esse fenômeno não é novo no Sudoeste paranaense. Desde a década de 1970 quando se inicia, de maneira incipiente, o processo industrial na região, criou-se e disseminou-se uma estratégia de o empresariado industrial ou comercial urbano investir em imóveis rurais como forma de aplicação de capital.

Assim, existe uma relação muito próxima entre essa elite urbana ligado ao comércio e à indústria com a atividade agropecuária da região; sendo comum encontrar comerciantes ou industriais donos de fazenda de produção agropecuária ou, mais recentemente, com investimentos em agricultura.

Ademais, outro fenômeno recente que pode ser observado na região refere-se ao desenvolvimento do complexo agroindustrial da avicultura, com instalações altamente tecni-

ficadas e com pouca exigência de mão de obra, também muitas vezes empreendidas por empresários urbanos ou mesmo agricultores que adotam essa nova modalidade de parceria com as empresas do setor.

Assim, o que se verifica no Sudoeste paranaense, especialmente a partir do ano 2000, é uma tendência forte de especialização produtiva na região, com a intensificação da estratégia monocultural e tecnificada na agricultura.

Nesse novo contexto bastante exigente em investimentos e tecnologia, algumas cadeias produtivas fortes na região até o final do século XX como a fumicultura, acabam declinando.

Outras se reestruturam, como é o caso da produção de leite, que ganha um forte impulso na última década, decorrente de uma tendência de especialização produtiva pela incorporação de inovações em genética e em tecnologias mecânicas e procedimentais.

Diante desse quadro, o que se observa no Sudoeste paranaense nesse início do século é uma tendência, já apontada por autores ainda na última década do século XX, de redução do meio rural a um espaço de especialização produtiva (BRANDENBURG e FERREIRA, 1998), com a ressalva que, nesta reduzida perspectiva pode-se ignorar outros fatores para além do econômico.

Ou seja, predomina, então, a visão do rural como sinônimo do agrícola. Isso significa uma transformação importante, quando o espaço rural deixa de ser um espaço de vida em seu sentido amplo, para reduzir-se à um espaço de produção agropecuária.

Por isso a visibilidade na região daquilo que se convencionou chamar “desertificação cultural”; ou seja, o esvaziamento do campo como um espaço de vivência comunitária, cultural, simbólica, religiosa, para constituir-se o rural como um espaço de especialização produtiva na agropecuária.

Isso permite que se entenda um outro indicativo que pode ser auferido de uma análise comparativa entre os dois últimos censos agropecuários, que é o aumento das áreas agrícolas arrendadas no computo geral das terras agricultáveis. Segundo dados do IBGE (2020), a modalidade de terras arrendadas subiu de 4,5% em 2006, para 8,6% em 2017.

Esses dados podem ser relacionados com um fenômeno comum atualmente no Sudoeste, e que está diretamente relacionado com a problemática da sucessão geracional.

Ou seja, na medida em que acontece o envelhecimento dos chefes de família na agricultura, e na medida em que os possíveis sucessores já saíram (ou sairão) da propriedade rural, resta a alternativa de vender a propriedade ou arrendá-la.

Em qualquer destas alternativas, a tendência predominante é que haja um deslocamento para centros urbanos, ampliando o decréscimo populacional rural e ampliando a “desertificação cultural”, concomitante ao crescimento urbano na região.

Percebe-se que estamos nos aproximando aqui da problemática da sucessão geracional na agricultura familiar, que será melhor debatida mais à frente nesse trabalho.

Ou seja, na medida em que existe esse esvaziamento do campo como espaço de vida, concomitante às pressões mercadológicas para a especialização produtiva das propriedades de agricultura familiar da região, com a óbvia dificuldade e seletividade que isso implica, muitas famílias vão enfrentar a problemática da sucessão na medida do envelhecimento dos pais e a tendência forte de saída dos jovens do campo.

Esse fenômeno, portanto, não é ao acaso. Por isso segundo dados do IRDES (2020), a maior saída populacional atualmente se dá entre jovens de 15 a 19 anos, seja para estudar ou para trabalhar em centros urbanos da região ou de outros lugares.

Outro dado importante na análise comparativa entre os dois últimos censos é que houve uma diminuição no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos, concomitante a uma diminuição no número de ocupados por estabelecimentos.

Os dados indicam também um incremento no uso de tecnologia da informação (aumento de 1790% no uso da internet!), bem como no uso de máquinas, como tratores, por exemplo, que foi ampliado em 49,7%.

Esses dados apontam o quadro de desenvolvimento tecnológico na agropecuária brasileira, o que condiciona a diminuição do pessoal ocupado na agricultura e afeta a questão da sucessão geracional na agricultura de modo direto.

3. Análise do problema da sucessão geracional na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná

Como já informamos, para esta sessão, considera-se em especial o estudo realizado por Kischener (2015), que apresenta considerações a respeito da realidade do Sudoeste do Paraná e propicia o encadeamento de questões que possam colaborar com as discussões da temática da sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar dessa região.

Nessa pesquisa foram utilizados questionários socioeconômicos, e a técnica do grupo focal; além de entrevistas individualizadas. A pesquisa foi realizada em duas comunidades no Sudoeste do Paraná, denominadas Secção Progresso (25 famílias, localizada entre os municípios de Francisco Beltrão e Itapejara d'Oeste) e Barra do Santana (25 famílias, no Município de Verê).

De modo preliminar pode-se dizer que a pesquisa constatou que “[...] os fatores que favorecem a permanência dos jovens no meio rural são, principalmente, a renda, os valores de comunidade e a inclusão dos projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família” (KISCHENER, 2015, p. 14).

Portanto, entende-se que “[...] não há um único condicionante que defina o sucesso da sucessão geracional na agricultura familiar”, como defendem Kiyota e Perondi (2014, p.1042).

Dentre aqueles que apresentavam razões para sair, a pesquisa demonstrou que os agricultores acabam por traçar como estratégia um comparativo a respeito da quantidade de horas de trabalhos depreendidas no estabelecimento familiar em relação ao trabalho assalariado, por exemplo, em cidades.

Assim, de acordo com um entrevistado: “[...] cinco dias por semana, é o suficiente para eles trabalharem. Nós temos que trabalhar quantos? Oito, sete, oito, todos os dias. E outra, eles é oito horas, nós é quantas horas? Das seis da manhã às sete, oito, às dez da noite” (KISCHENER, 2015, p. 70).

Para as 25 famílias estudadas da Comunidade de Secção Progresso (Francisco Beltrão e Itapejara D’Oeste), 17 famílias possuem extrato de terra de 10 a 50 hectares. Do total de famílias que responderam aos questionários, 64% delas afirmaram ter perspectivas quanto à permanência na terra; sendo que 60% dos chefes de família entrevistados desejam que os seus filhos os sucedam na atividade.

No entanto, por parte dos filhos, somente 52% dos entrevistados manifestaram vontade de ficar na propriedade familiar. Em 40% das famílias da comunidade existe a previsão de que algum dos membros da família possa vir a emigrar para alguma cidade, muito embora a maioria dos pais manifestaram o desejo de que os filhos permaneçam na propriedade.

Na segunda comunidade denominada Barra do Santana (Município de Verê), do total de 25 famílias estudadas, 15 famílias possuem extrato de terra de 10 a 50 hectares. De acordo com a pesquisa,

[...] os números são mais positivos em relação à primeira comunidade estudada: 76% das famílias entrevistadas têm perspectivas na agricultura e veem futuro para suas famílias nesta atividade. 68% das famílias manifestaram que gostariam que seus filhos seguissem na profissão de agricultor. Em 56% das unidades de produção, há a previsão de algum membro da família (filho ou outro) dar continuidade às atividades dos atuais gestores. Em 72% destas famílias, não há filhos ou familiares que desejam emigrar para a cidade (KISCHENER, 2015, p. 71).

Reunindo as duas comunidades, pode-se perceber que “[...] no total, existem 16 famílias das duas comunidades (32% das 50 famílias) em que há familiares que manifestam desejo de emigrar para a cidade” (KISCHENER, 2015, p. 74). Ou seja, aqui são os próprios chefes de famílias que manifestam o desejo de deixar para trás a vida no campo.

Além disso, o que os dados nos mostram é que podem existir múltiplas razões que contribuem para a saída dos filhos dos agricultores da propriedade familiar.

Percebe-se, por exemplo, um certo descompasso entre a expectativa dos pais para terem sucessão na propriedade e aquilo que os possíveis sucessores veem ou esperam, ou mesmo buscam.

Essa é uma problemática que envolve aspectos de cooperação intergeracional, acrescida de inevitáveis “conflitos” próprios das diferenças de perceptivas da realidade que se estabelecem nas diferenças geracionais.

Um exemplo disso, e que foi possível perceber nos diálogos com as famílias e com os agentes de distintas gerações, é que nem sempre o sonho de realização dos pais coincide com o que os filhos esperam ou buscam na vida.

Na fala dos possíveis sucessores apareceram, por exemplo, distintas alegações para não permanecer na propriedade: “não gostar do trabalho no campo”, “facilidade para o estudo na cidade”, “perspectivas de mobilidade social”, “melhores condições para a proteção da saúde” e a “segurança da renda com o trabalho assalariado”.

Assim, pode-se afirmar que há uma tensão entre “dois mundos” (campo e cidade), e quando o imaginário urbano chega ao campo e passa a permear esse meio de vida, muitos jovens passam a desejar a ida para as cidades, aquele modo de vida.

Mesmo entre os agricultores que se valem de estratégias que propiciam o acesso à renda mensal, fator que ajuda a manter os jovens no campo, como aviários e produção leiteira, existe, muitas vezes, a percepção negativa a respeito da atividade, em comparativo ao empregado urbano, que pode gozar do repouso semanal remunerado: “Na agricultura se tu quer ficar ali, tem que botar o peito. Tanto, que nem aviário, vacas de leite ou quê, isso vem a ser, tipo um presídio” (transcrição da fala de um jovem entrevistado em KISCHENER, 2015, p. 77).

Essa fala denota uma percepção comum, especialmente com relação à atividade leiteira, tanto entre os jovens e mesmo entre os pais.

Ou seja, pela perspectiva de que para a produção de leite “não tem feriado”, com o passar do tempo isso vai gerando um desgaste, um cansaço; e os jovens veem essa situação de estar preso a uma rotina sem perspectiva de férias, como algo negativo e inferior aos benefícios dos empregos urbanos.

Em outras palavras, para estes agricultores, apesar da renda razoável que a atividade leiteira possa propiciar, há quase uma inveja do modo de vida urbano, consciente ou não, que denota a atratividade que as cidades exercem sobre os jovens do campo.

Aliás, como sugere Lefebvre (1999, p. 28): “O urbano é possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é

preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível”. Para muitos jovens do campo, a cidade aparece como uma utopia.

Por outro lado, existem aqueles que apenas trabalham em algum ofício nas cidades, conforme informou um dos entrevistados: “Ele trabalha na cidade, ele só volta, come e dorme em casa” (KISCHENER, 2015, p. 78). Por sua vez, entre as razões para ficar na agricultura, informa outro entrevistado que,

Hoje nós do interior somos vistos de uma maneira diferente de antigamente. Antigamente eles chamavam os colonos e tratavam com desprezo, porque a gente vivia numa situação mais difícil ainda do que agora. Hoje já o agricultor, ele trabalha, ele tem um pedacinho de terra, ele quer fazer alguma coisa ele tem condição de ter um carro novo igual ao pessoal da cidade tem, ele tem condição de se vestir igual, ele tem condição de frequentar a sociedade da mesma forma e, ainda eu acho assim que nós do interior temos a vantagem, pra constituir uma família temos mais qualidade para oferecer pros filhos do que na cidade, mais liberdade, mais segurança. E conseguimos fazer assim com que assegure de uma forma melhor. Conseguimos controlar a companhia, então eu sempre vejo por esse lado e eu dou mais valor a isso. A liberdade, o espaço, a tranquilidade. E hoje, então eu vejo assim que a sociedade nos vê de uma maneira diferente do que há uns trinta anos atrás, nós éramos desprezados, na aula assim nós éramos diferenciados, por ser do interior e, aquilo me envergonhava. Hoje eu vejo assim que meus filhos não precisam se envergonhar em lugar nenhum porque é filho de agricultor, porque mora no interior. E assim eu vejo com todos os demais. E isso a gente tem que lembrar que era diferente, nós também agíamos de uma forma diferente. Hoje há tecnologia, a agricultura se tornou forte; hoje ser agricultor é um orgulho. (KISCHENER, 2015, p. 82).

A partir dessa pesquisa, pode-se perceber que o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Sudoeste paranaense, proporcionou uma maior estabilidade financeira das famílias, sendo este um fator importante no entendimento dos agricultores; muito embora a atividade possa gerar sobrecarga de trabalho, e às vezes uma sensação de “aprisionamento”.

Nesse sentido, conforme sugere Ploeg (2008), com recursos disponíveis, as famílias perseveraram por gerações onde, notadamente os pais afirmam ter sofrido mais que os filhos, mas com ganhos, pois aquele esforço se converte “[...] em uma pensão para a geração sênior, bem como em um ponto de partida para a geração mais nova que toma as rédeas” (PLOEG, 2008, p. 70).

De qualquer modo, a despeito do “moro no interior, mas sou patrão”, conforme relata um dos entrevistados (KISCHENER, 2015, p. 85), cabe o questionamento se os jovens ficarão na terra da família, agora com mais benesses e acessos alcançados pela renda mensal e o esforço de seus pais na atividade leiteira, por exemplo.

O que é certo é que o modo e os meios de vida se alteraram, a despeito da manutenção de relações de comunidade, “[...] dinheiro agora gira mais, antigamente girava mais produto”, conforme relatou outro entrevistado (KISCHENER, 2015, p. 98).

Existe crescente uso de máquinas que poupam esforço e propiciam mais tempo para outras atividades. O próprio modo de receber orientações via extensão rural, (que antes era predominantemente pública), agora, segundo um dos entrevistados, “[...] eu recebo assistência técnica privada, que a gente paga por isso e das revendas que fornecem os insumos, eles também dão assistência” (KISCHENER, 2015, p. 98).

A informação desse entrevistado corrobora os achados de pesquisa de Nunes, Grigoilo e Gnoatto (2013), a respeito dos serviços de extensão rural na região Sul do país. Segundo os autores, da totalidade dos 1.645 profissionais de ATER que atuavam em 230 locais distintos, “[...] quase a metade (49,6%) atuava em empresas privadas” (NUNES, GRIGOILO e GNOATTO, 2013, p. 36).

Apesar das transformações no modo de vida, muitas vezes negativas e que têm intensificando as dificuldades da vida no campo, a pesquisa permitiu constatar que permanecem relações comunitárias, especialmente de entreaajuda entre os vizinhos.

Além da associação para o uso compartilhado de máquinas em uma das comunidades, existe cooperação entre os agricultores quando da preparação da silagem: “Precisa-se aí uns cinco tratores, mais ou menos, pra fazer silagem, aí precisa cada trator, um operador, precisa ensiladeira, precisa um pra socar e tal. E daí nós temo se trocando entre vizinhos, quando vai fazer eu vou lá com meus tratores e ajudo e tal” (KISCHENER, 2015, p. 111-112).

Assim,

Entre o sair e o ficar da atualidade, na questão da sucessão geracional, a modernização e a mercantilização que transformaram a estrutura produtiva dessas comunidades, possibilitando-lhes acesso à renda mensal, mas que também mudou aspectos de sua sociabilidade, dada as influências recebidas e que não estão alheias a esse processo, levou a um esvaziamento demográfico destas, mas ao mesmo tempo ressalvam-lhes que, valores de comunidade, como entreaajuda na confecção da silagem (necessidade cara para quem lida com a estratégia do gado leiteiro), podem demonstrar que o rural mudou, mas não em essência (KISCHENER, 2015, p. 133).

Amparando-se na escrita de Kiyota e Perondi (2014) há que se entender, que “[...] no Território Sudoeste do Paraná, alguns migram por não terem outras opções, mas, aparentemente, alguns migram por essa ser a melhor opção visualizada a partir de sua vivência e expectativa, sendo do meio rural para o urbano, do rural para o rural ou do urbano para o rural” (KIYOTA e PERONDI, 2014, p. 1043).

Ou seja, isso sinaliza a complexidade das dinâmicas rural/urbano no Sudoeste paranaense. Existe uma vida social ativa que perpassa idas do rural para o urbano, e deste para o rural, simultaneamente.

Com as mudanças em curso no mundo rural, e a percepção das transformações por parte dos agricultores e, ao mesmo tempo, a percepção de permanências do modelo tradicional (MARTINS, 1975), estes continuam a manter tradições, laços e relações de comunidade, onde, faz-se imprescindível a sucessão, que “[...] é um processo vital para a reprodução social da agricultura familiar” (KIYOTA, PERONDI e VIEIRA, 2012, p. 194).

Por fim, podemos afirmar que, apesar da “[...] espetacular ‘máquina de produção de riqueza’ em que foi transformada a agropecuária brasileira” (NAVARRO, 2016, p. 34), principalmente com a soja, é notório que as transformações no campo também têm produzido conjuntamente (e em muitos casos, de forma profunda) vazios demográficos e culturais (KISCHENER e BATISTELA, 2017).

O que, conseqüentemente pode gerar problemas quanto à produção da memória daquele tempo que se foi, da memória mais tradicional (KISCHENER et al., 2019), e a tomada de decisão dos mais jovens (MATTE e MACHADO (2017) em permanecer, pode estar implicada nestas questões, na complexidade da sucessão geracional.

4. Considerações Finais

O presente trabalho sobre a sucessão geracional na agricultura familiar do Sudoeste paranaense, nos permitiu chegar à algumas constatações.

Em primeiro lugar, dadas as características da colonização de não nativos da região e a formação de uma estrutura fundiária baseada, principalmente, em minifúndios, predomina um tipo de trabalho e organização das propriedades rurais baseada na agricultura familiar.

Essa característica condiciona uma configuração específica do “mundo rural sudoestino” frente a um conjunto de transformações que se processam no “mundo rural brasileiro” desde o final do século XX, e que na atualidade apresentam conseqüências.

Esse quadro de mudanças – que se inicia como desdobramento das políticas e tendências de modernização tecnológica da agropecuária brasileira desde a década de 1970 – implica um conjunto complexo de tendências e transformações que trazem à tona questões culturais, demográficas, de industrialização, crescimento urbano, novas tendências e dinâmicas produtivas, rearranjos sociais etc.

Estas, afetam, diretamente, o modo e os meios de vida da agricultura familiar, com suas estratégias, reações, adaptações, crises, fracassos e sobrevivências no contexto vivo, dinâmico e desafiador para a reprodução social que é viver e trabalhar nesse contexto.

A problemática da sucessão geracional da agricultura familiar do Sudoeste nesse início do século XXI traz, em seu bojo, esse conjunto desafiador de questões.

É nesse sentido que uma das constatações mais importantes desse trabalho concerne à perspectiva de que a significação da questão da sucessão numa dada família implica, necessariamente, um conjunto destas questões e, não um aspecto separado do contexto em que estão inseridas.

Ou seja, não se resolve, ou antes, não se entende adequadamente o problema, se não se levar em conta que seu significado implica um conjunto de fatores que precisam ser vistos em perspectiva; ou seja, do ponto de vista dos pais, dos filhos, da história da família, com seu número de filhos, da disponibilidade ou não de terras, histórico de trabalho na agricultura, experiências, etc.

Por isso fica evidente que existe, de fato, uma complexidade, muitas vezes particular, para a problemática, e que a solução, portanto, não pode ser encontrada em uma fórmula simples.

Considerando isso, na limitação desse trabalho, o que aparece como possível é um apontamento de perspectivas mais gerais, que são frequentemente importantes para uma família quando se tem em vista a problemática da sucessão geracional.

Buscando uma síntese, pode-se dizer, conforme os dados que a pesquisa nos propiciou, que três pontos genéricos parecem se sobressair em importância quando a problemática da sucessão está em voga.

Como se trata de um conjunto, não se pode dizer que uma delas seja mais importante, mas que ambas precisam interagir para que se construa um significado suficiente para a resolução da problemática da sucessão geracional, tanto do ponto de vista dos pais quanto dos filhos.

Assim, a questão econômica emerge como um ponto chave. Isso pode parecer óbvio, e de fato é, do ponto de vista de que vivemos numa sociedade centrada no mercado. Mas para a agricultura familiar essa questão apresenta uma distinção nuclear importante, na medida em que, não necessariamente, se façam somente cálculos econômicos no modelo organizacional da agricultura familiar.

Um exemplo disso é a ainda persistente, embora diminuída, produção para o autoconsumo familiar. De um ponto de vista estritamente econômico é muito mais viável a especialização produtiva num quadro de divisão social do trabalho.

Todavia, muitas famílias agricultoras ainda demonstram não seguir estritamente essa lógica. Os estudos de Mendras (1978), Chayanov (CARVALHO, 2018) e Wanderley (1996), trabalharam demoradamente essa questão. Todavia, para o âmbito da discussão da questão da sucessão geracional na agricultura familiar atualmente, o aspecto econômico e a questão da segurança de renda figura, de fato, como um elemento central.

Outro ponto importante diz respeito à dimensão gregária do ser humano, da sua necessidade de convivência, sociabilidade.

Ou seja, dentro da problemática da sucessão, emerge como um ponto importante, especialmente do ponto de vista dos jovens, que exista um contexto de sociabilidade, que perdue a manutenção dos laços sociais no sentido de se manter uma estrutura de convivência para além dos laços familiares, onde cada pessoa possa encontrar um espaço de pertencimento, de reconhecimento, de importância, dentro de uma comunidade que os reconheça.

Esse ponto, que emergiu nos diálogos e entrevistas sobre a problemática da sucessão, especialmente entre os mais jovens, sinaliza que, apesar de vivermos tempos de fragmentação social e aparente isolamento individual (os amigos tendem a ser virtuais), ainda persiste a necessidade e apazibilidade da convivialidade como um elemento estruturador do ser humano.

Esse aspecto é muito desafiador, haja vista a forte tendência que verificamos na região de diminuição demográfica no campo, acompanhado do que se convencionou chamar “desertificação cultural”.

As observações in loco na região já nos permitiram constatar o fechamento de comunidades rurais, onde todas as propriedades rurais foram vendidas ou arrendadas, não se tem mais moradores, não se tem mais vida social no centro comunitário, a comunidade não existe mais.

Por fim, um terceiro aspecto, mas não menos importante: a necessidade de um projeto familiar que funcione como uma aliança intergeracional. Ou seja, que haja o diálogo, o acordo entre pais e filhos, o planejamento conjunto e continuado que funcione como uma corrida de bastão, onde numa certa altura os pais passam o comando e a gestão da propriedade para um sucessor.

Esse aspecto é também desafiador na medida que os tempos atuais também evidenciam, além de uma convivência intergeracional, também atritos intergeracionais, baseado em diferenças de perspectivas, de experiências e de expectativas.

É esta a história possível para parte da região do Sudoeste do Paraná.

Desde a chegada dos primeiros agricultores, que se somam aos já residentes à época, como indígenas e caboclos, se configuram relações entre estas pessoas e que dinamizam, sobremaneira o território, no aprofundar do capitalismo no campo, tornando o Sudoeste uma das áreas mais pujante em se tratando da agricultura familiar, de sua permanência, apesar da insistente e desafiadora problemática da sucessão familiar.

Acredita-se que, a escrita da História, se prene de perspectiva que busque ampliar a compreensão mesmo das distantes regiões, no campo, pode contribuir, se em consórcio com outras áreas do conhecimento (como foi a abordagem desta escrita, interdisciplinar),

para desvelar particularidades locais que, talvez, possam permitir a compreensão do todo, da dinâmica do capitalismo no campo em nossos tempos.

Referências Bibliográficas

- BATISTELA, Everton M., *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: avaliação da implementação do PRONAF no Sudoeste paranaense*, Curitiba, UFPR, 2000, (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela D. D. (Orgs.), *Para pensar outra agricultura*, Curitiba, Ed. da UFPR, 1998.
- CARVALHO, Horácio M. de (Org.), *Chayanov e o Campesinato*, São Paulo, Expressão Popular, 2018.
- CORRÊA, Roberto L., “O Sudoeste paranaense antes da colonização”, em *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 32, nº. 1, jan./mar., 1970, pp. 87-98.
- FLEICHFRESSER, Vanessa, *Modernização Tecnológica da Agricultura*, Curitiba, Editora Chain, 1988.
- FLORES, Edson L., *Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná*, Francisco Beltrão, Unioeste, 2009, (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- IBGE, *Censo Agro 2017*, sem data de publicação, disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>, acesso em 15/04/2020.
- IRDES, Instituto Regional de Desenvolvimento Econômico e Social, *O Sudoeste*, disponível em: <[Irdes.org.br](http://irdes.org.br)>, acesso em 14/04/2020.
- KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A.; VIEIRA, José A. N., “Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso do Condomínio Pizzolatto”, em *Informe Gepec*, Toledo, v. 16, 2012, pp. 192-211.
- KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel A., “Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda?” em BUAINAIN, Antônio M.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José M. da; NAVARRO, Zander. (Edits. tecs.), *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*, Brasília, Embrapa; Campinas, Instituto de Economia, 2014, pp. 947-981.
- KISCHENER, Manoel A., *A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná*, Pato Branco, UTFPR, 2015, (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional).
- KISCHENER, Manoel A.; BATISTELA, Everton M.; BATISTELA, Airton C.; PRIORI, Angelo A., “Direitos humanos e políticas de memória sobre o homem do campo e sua história: questões a se pensar”, em PRIORI, Angelo A.; SILVA, Eliane C. da; PEREIRA, Márcio J. (Orgs.), *Cidadania, violência e direitos humanos*, Anais do I Colóquio Internacional de Direitos Humanos e Políticas de Memória, Maringá, Edições Diálogos, 2019, pp. 508-518.
- KISCHENER, Manoel A.; BATISTELA, Everton M., “Contradições no processo de modernização da agricultura: a necessidade de uma História de práticas e saberes enquanto ato político em tempos de erosão cultural”, em *Anais do VIII Congresso Internacional de História*, 9 a 11 de outubro, Maringá, UEM, 2017, pp. 2436-2443, disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3579.pdf>>, acesso em 15/04/2020.
- LAZIER, Hermógenes, *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense*, Curitiba, SECE/BPP, 1986.
- LAZIER, Hermógenes, *Paraná – terra de todas as gentes e de muita história*, Francisco Beltrão, Grafite Editora, 2004.

- LEFEBVRE, Henri, *A revolução urbana*, Trad. Sergio Martins, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- MARTINS, José de S., *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.
- MARX, Karl, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, Trad. Mario Duayer et al, 3ª reimpr., São Paulo, Boitempo, 2016.
- MATTE, Alessandra; MACHADO, João A. D., “Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil” em *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 18, 2017, pp. 130-151.
- MENDRAS, Henri, *Sociedade camponesa*, Trad. Maria J. da S. Lindoso, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- NAVARRO, Zander, “O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação)” em VIEIRA FILHO, José E. R.; GASQUES, José G. (Orgs.), *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*, Brasília, IPEA, 2016, pp. 25-63.
- NOVAK, Éder da S.; MOTA, Lúcio T. “A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950)” em *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 18, n. 32, jul./dez., 2016, pp. 76-97.
- NUNES, Sidemar P.; GRIGOLO, Serinei C.; GNOATTO, Almir A., “A reorganização dos serviços de ATER no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista da agricultura” em NUNES, Sidemar P.; GRIGOLO, Serinei C. (Orgs.), *Assistência técnica e extensão rural no Sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos*, Ijuí, Editora Unijuí, 2013, pp. 21-43.
- PLOEG, Jan D., *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*, Trad. Rita Pereira, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.
- VOLTOLINI, Sittilo, *Retorno 3: ciclo da madeira em Pato Branco*, Pato Branco, Imprepel, 2000.
- VORPAGEL, Edvino K., *A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957*, disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/300-2.pdf>, acesso em 01/06/2017.
- WACHOVICZ, Ruy C., *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*, Curitiba, Líbero-Técnica, 1987.
- WANDERLEY, Maria de N. B., “Raízes históricas do campesinato brasileiro”, em *XX Encontro Nacional das ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, 1996.